

É Dilma!



*Eleição
presidencial
decidirá os rumos
do país e poderá
garantir a
continuidade, por
Dilma Rousseff,
do projeto de
defesa do
desenvolvimento
econômico
sustentável, da
justiça social, do
patrimônio
público e da
soberania
nacional iniciado
no governo Lula.
Confira, na
próxima edição, o
resultado
completo do pleito
que definirá o
Brasil do século
XXI e cujo destino
está nas mãos do
povo brasileiro.*

É Lula!

Sindicato cobra dos bancos adesão ao programa de combate ao assédio moral

Políticas de prevenção contra os conflitos no trabalho também estão previstas na Convenção Coletiva deste ano



O diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato Gilberto Leal defende que os bancos cumpram a cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho que prevê o combate e a prevenção contra o assédio moral

Mal terminou a campanha salarial e o Sindicato já começa a cobrar dos bancos negociações para avançar em itens que vão além da remuneração. O diretor do Sindicato Gilberto Leal cobrou dos bancos a adesão ao programa de combate ao assédio moral, previsto na Convenção Coletiva de Trabalho deste ano. “Conquistamos uma grande vitória ao garantir, em uma cláusula da Convenção Coletiva, medidas de combate e pro-

gramas de prevenção contra o assédio moral. Entretanto, só teremos resultados concretos com a participação ativa da categoria neste debate, que está inteiramente relacionado às metas abusivas, que precisam ser revistas”, afirma. O sindicalista destaca que os bancários vão procurar banco a banco para

que todas as empresas do setor se comprometam a combater os conflitos no trabalho. “O assédio é uma terrível forma de violência psicológica que resulta em baixa estima, isolamento, depressão e, muitas vezes, leva o trabalhador a ser dispensado ou a pedir demissão. Há casos, inclusive, de suicídio. Precisamos eliminar esta prática e criar um ambiente de trabalho mais humano e mais saudável”, acrescenta.

Estudos revelam que política neoliberal agravou o problema na categoria

Ao contrário do que muita gente imagina, as questões políticas de um país influenciam diretamente no cotidiano da vida das pessoas. Um exemplo é mostrado na pesquisa do professor Ernani Xavier, mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que identifica o aumento do número de trabalhadores deprimidos e de suicídios na categoria bancária a partir da implementação das políticas neoliberais no Brasil, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Segundo o estudo, de 1993 a 1995 a reestruturação do sistema financeiro no Brasil, com as privatizações, o advento das novas tecnologias, a pressão sobre metas e produtividade e os programas de dispensa “voluntária”, princípios básicos da lógica neoliberal, resultou em demissão em massa e aumentou o número de funcionários vítimas de depressão. O resultado foi trágico: pelo menos 76 bancários

cometeram suicídio em todo o país. No período, mais de 430 mil trabalhadores no setor perderam o emprego.

Um outro estudo feito em 2009, com o título *Patologia da solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho*, tese de mestrado de Marcelo Augusto Finjazzi Santos, da Universidade de Brasília (UnB), apurou que 181 bancários deram cabo de sua própria vida de 1996 a 2005. As principais causas foram assédio moral, pressões por metas, excesso de tarefas e medo de perder o emprego. “O Brasil precisa criar novas relações de trabalho, pautadas pelo desempenho coletivo e não pelo individualismo, pela valorização do ser humano e pela criação de um ambiente de trabalho solidário. Por isso o lema da campanha nacional da categoria deste ano é *Pessoas em primeiro lugar*”, ressalta Gilberto Leal.

PARTICIPE!

Sindicato vai receber a mais alta condecoração do Município do Rio

O Sindicato dos Bancários do Rio recebe, na próxima quinta-feira, dia 4 de novembro, às 18 horas, no Plenário Teotônio Villela, na Câmara Vereadores (Praça Floriano, s/n), a Medalha Pedro Ernesto, a mais importante comenda do Município do Rio de Janeiro.

A condecoração é em homenagem aos 80 anos de nosso Sindicato e pela contribuição da entidade à categoria bancária, aos trabalhadores e à sociedade. A iniciativa é do vereador Reimont, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esta é a segunda homenagem importante que o Sindicato recebe do Poder Legislativo. No dia 20 de agosto deste ano, a entidade recebeu a Medalha Tiradentes, a mais importante do Estado do Rio de Janeiro, concedida pela Assembléia Legislativa (Alerj).

“A homenagem é, na verdade, a todos os bancários e bancárias que fizeram e ainda fazem a história de nossa categoria, por isso é importante a participação de todos em mais este evento que mostra a credibilidade e o reconhecimento público alcançado por nossa entidade representativa nestes 80 anos de existência”, afirma o presidente, Almir Aguiar.

ASSEMBLÉIA

Financiários aprovam proposta similar à da Fenaban



O diretor do Sindicato Paulo Cesar Barros considerou o Acordo Coletivo uma vitória dos financiários conquistada graças à greve da categoria

Os financiários aprovaram, em assembléia realizada na última quinta-feira, dia 28, no auditório do Sindicato, a proposta da Federação Interestadual das Instituições de Crédito (Fenacrefi), apresentada na negociação do último dia 25, em São Paulo. Os trabalhadores conquistaram reajuste de 7,5% aplicado a todas as verbas salariais para os trabalhadores que ganham até R\$ 4.600. Acima deste patamar, fica assegurada a incorporação de um valor fixo ao salário de R\$345 ou a inflação do período de 5,31%. Há ainda aumento de 16,33% nos pisos e também nos salários daqueles cujas empresas mantêm o plano de cargos e salários (PCS), conforme a cláusula II, parágrafo 2º, que trata dos salários normativos. “Nosso Acordo

Coletivo possui avanços importantes e é similar ao assinado pelos bancários com a Fenaban”, disse o diretor do Sindicato do Rio Paulo Cesar Barros, que representou o Rio nas negociações com a entidade patronal.

PLR

Os financiários conquistaram Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com a seguinte regra básica: 90% do salário mais verba fixa de R\$ 1.397,50, com adiantamento de 50% da parcela fixa assim que for assinado o acordo, com correção de 7,5% nos valores. A proposta aprovada prevê ainda o pagamento da verba proporcional aos demitidos a partir do dia 2 de maio, inclusive. As empresas concordaram ainda em iniciar em março de 2011 uma negociação específica sobre novos parâmetros de distribuição de PLR para os financiários. A proposta contempla ainda a igualdade na utilização do plano de saúde para casais homoafetivos, a criação de instrumentos de combate ao assédio moral e o compromisso de implementar as negociações na mesa paritária sobre igualdade de oportunidades, prevista na Convenção Coletiva, mas nunca efetivada.